Partido político não pode ter sede fora de Brasília, decide TRF-4

A centralização das sedes de todos os partidos políticos brasileiros na capital federal da República é uma das imposições da Lei 9.096/95, que regula a matéria. Por isso, a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região [negou](#) Apelação do Partido Libertários, que buscava autorização para ter domicílio em Eldorado do Sul, município na região metropolitana de Porto Alegre, de onde pretendia exercer sua administração. O acórdão foi lavrado na sessão de julgamento realizada no dia 25 de março.

Fundado em 2010, com o propósito de defender a liberdade individual e a diminuição do estado na vida dos cidadãos, o "Liber" impetrou Mandado de Segurança contra a Fazenda Nacional, alegando que a obrigatoriedade de ter domicílio em Brasília, como exige a Receita Federal, atenta contra a autonomia dos partidos.

Como a 4ª Vara Federal de Porto Alegre negou o pedido, o partido interpôs recurso na corte. Segundo o relator, desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, a autonomia conferida aos partidos não é irrestrita, especialmente quando em confronto com a legislação vigente — Lei 9.096/95.

“O intuito da Lei 9.096/95 é regulamentar as disposições constitucionais a respeito da associação partidária. A finalidade, portanto, é de regulamentar e fiscalizar para que se tenha um bom funcionamento de todos os partidos políticos, sendo a centralização das sedes de todos os partidos políticos brasileiros na capital federal uma das imposições legais que visa concretizar tal escopo”, registrou no acórdão, citando parecer do Ministério Público Federal. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-4.*

Clique [aqui](#) para ler o acórdão.

Date Created

06/04/2015